

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS / LICENCIATURA**

ALLYSSON SIMÕES PIRES ARAÚJO

**CONSEQUENCIAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO
DURANTE A CRISE PANDÊMICA DA COVID-19**

**MACEIÓ/AL
2022**

ALLYSSON SIMÕES PIRES ARAÚJO

**CONSEQUÊNCIAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO
DURANTE A CRISE PANDÊMICA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, sob orientação da Profa. Marina Félix de Melo, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.

**MACEIÓ/AL
2022**

Catálogo na fonte

**Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central**

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 –

A663c Araújo, Allysson Simões Pires.

Consequências do capitalismo dependente brasileiro durante a crise
pandêmica da covid-19 / Allysson Simões Pires Araújo. – 2022.
45 f.

Orientadora: Marina Felix de Melo.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais:
Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências
Sociais. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 44-45.

1. Covid-19 (Pandemia). 2. Capitalismo dependente. 3. Neoliberalismo. I.
Título.

CDU: 330.342.14

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir as bases da construção socioeconômica do Brasil a partir de Florestan Fernandes para entender como os impactos da pandemia da covid-19 se intensificam onde o capitalismo dependente e subdesenvolvido é uma realidade histórica, considerando as consequências negativas do neoliberalismo para a classe trabalhadora. Trata-se de um estudo exploratório com ênfase na pesquisa bibliográfica em sua maioria de autores brasileiros que contribuíram para o pensamento social. A reflexão realizada a luz da literatura e de indicadores sociais revela que países subdesenvolvidos possuem uma burguesia autocrática que não consegue realizar um movimento histórico de superação da dependência, produzindo superexploração e superapropriação do trabalho. Essas características fazem com que esses países não consigam lidar com as crises do capitalismo e em especial com a pandemia, sendo necessário o fortalecimento de uma política socioeconômica nacionalista para a classe trabalhadora, a fim de tentar superar os ranços coloniais ainda muito presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente; Neoliberalismo; COVID-19; Brasil

ABSTRACT

The objective of this work is to reflect on the bases of the socioeconomic construction of Brazil from Florestan Fernandes to understand how the impacts of the covid-19 pandemic intensify where dependent and underdeveloped capitalism is a historical reality, considering the negative consequences of neoliberalism for the working class. This is an exploratory study with an emphasis on bibliographical research, mostly by Brazilian authors who have contributed to social thinking. The reflection carried out in the light of literature and social indicators reveals that underdeveloped countries have an autocratic bourgeoisie that is unable to carry out a historic movement to overcome dependency, producing overexploitation and overappropriation of work. These characteristics mean that these countries are unable to deal with the crises of capitalism and especially with the pandemic, making it necessary to strengthen a nationalist socioeconomic policy for the working class, in order to try to overcome the colonial rancids still very present in Brazilian society.

Keywords: Dependent Capitalism; Neoliberalism; Covid-19; Brazil.

INTRODUÇÃO	6
Cap. 1. AS BASES HISTÓRICAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE A PARTIR DE FLORESTAN FERNANDES	7
Cap. 2. CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E CRISE DO CAPITALISMO NO BRASIL	20
Cap. 3. CAPITALISMO PANDÊMICO: A COVID-19 E AS CONSEQUÊNCIAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO APROFUNDAMENTO DA CRISE ECONÔMICA	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

Para entender como o capitalismo dependente se origina e se torna uma realidade histórica na América-Latina e no Brasil, primeiro é preciso entender um dos temas principais da obra de Florestan Fernandes, que se concentra sobre as causas e efeitos do subdesenvolvimento nas particularidades de capitalismo nos países de terceiro mundo. O período colonial, embora já muito distante em questão de tempo, não deixou de existir e persistir através dos anos nos países de colonialismo de exploração, como é caso do Brasil, que foi erguido em uma mistura de padrões arcaicos de dominação colonial com um capitalismo primário de tipo mercantil.

Essa configuração social deu origem a uma burguesia nacional e a um tipo de sistema de produção capitalista subordinada aos interesses das classes dominantes estrangeiras, criando uma relação de exploração externa mas também interna, onde essa burguesia superexplorava e superapropriava a força de trabalho da população, fazendo a manutenção dos mecanismos de exploração colonial sempre que necessário. Assim, essa burguesia opera um tipo de democracia restrita e autocrática que não corresponde aos interesses da maioria da população. Esse movimento é analisado no Capítulo 1.

Da mesma forma, ao passar dos anos, essa burguesia se fortalece e com ela as formas antigas de dominação continuam operando, produzindo níveis de desigualdades de gênero, raça e classe extremamente profundos e difíceis de serem contornados. A partir da introdução do neoliberalismo nos países de capitalismo dependente, as relações de trabalho e os direitos sociais vão sendo pouco a pouco destruídos para operar um projeto político de poder das classes dominantes, com o agravante da periferia do sistema capitalistas. Esse movimento é analisado no Capítulo 2.

Assim, o Capítulo 3 condensa toda a análise anterior do contexto histórico do capitalismo brasileiro de tipo dependente para analisar como o cenário político brasileiro e sua burguesia autocrática lidaram com a pandemia da covid-19, evidenciando todo o complexo de relações estruturais das novas morfologias de trabalho que se expandiram a partir da mundialização do capital, trazendo consequências ainda mais desastrosas para a classe trabalhadora já tão debilitada pelas configurações históricas do capitalismo dependente combinado com o neoliberalismo agressivo.

Cap 1. AS BASES HISTÓRICAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE A PARTIR DE FLORESTAN FERNANDES

O estudo do contexto capitalista brasileiro e latino-americano feito por Florestan Fernandes e por outros autores da sociologia brasileira crítica do século XX, além de proporcionar o entendimento do capitalismo em nível mundial, nos ajuda a compreender seus contextos particulares. A preocupação do autor em suas investigações era entender como o Brasil, e por consequência a América-Latina, se comportavam dentro da lógica de produção capitalista global e como o subdesenvolvimento, característica marcante dos países de terceiro mundo, era ampliado pelo capitalismo dependente, dadas as raízes coloniais e imperialistas nas quais esses construíram suas bases sociais, políticas e econômicas.

Compreender as questões sociais dos países periféricos como um problema colonial é de fundamental importância para melhor entender os problemas por eles enfrentados e apontar alternativas de superação da dependência e do subdesenvolvimento. É preciso enxergar o que está bem na nossa frente, o que nos faz cair em uma “hipocrisia coletiva”, nas palavras de Aimé Césaire, numa servidão voluntária dos povos colonizados, numa eterna culpabilidade de si próprio por todo sofrimento causado pelos processos civilizacionais da idade moderna (CÉSAIRE, 1978: 14). Embora já tenham se passado séculos desde as primeiras grandes navegações que deram origem ao sistema colonial primário, as mazelas deixadas pelo colonialismo das antigas colônias são extremamente profundas, incorporadas cada vez mais na sociedade em um processo de contínua manutenção de desigualdades.

Determinadas lógicas de dominação e novas formas de colonialismo mostram-se muito eficazes para manutenção de desigualdades por se modernizarem e ficarem cada vez mais difícil de percebê-las no dia a dia. É nesse movimento de compreender as raízes do colonialismo e suas fases de dominação que poderemos verificar como o capitalismo dependente se estrutura e passa a se tornar uma realidade histórica nos países da América Latina.

Busca-se aqui resgatar parte do percurso teórico seguido por Florestan Fernandes para desenvolver o conceito de capitalismo dependente, que passa pela crítica da dependência cultural ou colonialismo mental e do subdesenvolvimento capitalista, a partir da análise da sociedade de classes estabelecidas pela consolidação

do capitalismo em fins do século XIX. É o movimento de entender como a América Latina construiu suas relações econômicas, sociais, políticas e culturais com os países de capitalismo hegemônico, como Europa e Estados Unidos, para compreender melhor como o Brasil se insere nesse processo

Fernandes estava preocupado em estabelecer um escopo teórico que desse conta de assimilar a realidade social brasileira e latino-americana a partir de suas próprias urgências, de suas características históricas particulares de países de terceiro mundo. Trata-se de um processo analítico de como a construção da infraestrutura da América-Latina produziu um tipo específico de capitalismo, ainda que seja o mesmo sistema de produção e distribuição do resto do mundo. Para o autor, o capitalismo dependente é construído a partir de quatro padrões de dominações externas, cada um deles exercendo papel fundamental na estruturação desse tipo de sistema. (FERNANDES, 1975).

O primeiro padrão de dominação externa começa com as grandes navegações e o conhecido colonialismo moderno, que importa um modelo ibérico de sociedade para as colônias e aplica um sistema de exploração e obliteração cultural com um padrão de escravidão de nativos e africanos, que difere do que se deu em outros países de colonialismo de ocupação. Imbuídos de uma noção de “civilização”, os colonizadores avançaram como um trator, dilacerando tudo o que viam pela frente e transformando as terras ocupadas em fonte de produção de mercadoria e extração de recursos naturais.

Foram séculos de exploração da terra e do trabalho nativo e africano, que configurava um “capitalismo mercantil” baseado na escravidão. A sociedade latino-americana foi, então, construída sobre essa realidade violenta, firmando suas bases nesse tipo de reprodução socioeconômica. Esse padrão de dominação entrou em crise séculos mais tarde, primeiro porque a “estrutura das economias da Espanha e de Portugal não era suficientemente forte para sustentar o financiamento das atividades mercantis” (FERNANDES, 1975: 13). Este fator fazia com que as Coroas fornecessem o capital necessário para a manutenção da colonização e, conseqüentemente, absorvessem os maiores lucros das riquezas extraídas das colônias. Logo, os colonizadores que aqui ficavam mantinham um tipo de relação dependente com suas Coroas e, assim, os primeiros resquícios de exploração externa começam a se formar. Afinal de contas, a América era um negócio europeu.

Contra esse “padrão complexo de exploração”, movimentos contra as Coroas começaram a se intensificar nas colônias e grande parte dos setores nacionais reivindicavam sua independência. Além disso, a “rápida desagregação das potências centrais e intermediárias” (FERNANDES, 1975: 14) causadas pelas mudanças políticas na Europa no final do séc. XVIII também contribuiu para a crise do antigo sistema colonial primário. A busca por independência das colônias, à primeira vista, parecia benéfica; no entanto, novas formas de dominação nasceram dos restos do colonialismo primário.

A desintegração do antigo sistema colonial deixou espaço para o segundo tipo de dominação externa: o neocolonialismo. Do fim do séc. XVIII, até as três ou quatro décadas do séc. XIX, as potências europeias no geral, e a Inglaterra em particular, dominavam os mercados criados na América Latina, que acabou se tornando uma produtora de mercadorias destinadas à exportação imediata. As agora ex-colônias passaram cada vez mais a servirem de fonte de sustento para a Europa com os recursos sendo explorados até os últimos níveis, o que permitiu às potências econômicas iniciarem um ciclo de acumulação de capital contínuo, possibilitando a acumulação de riquezas desenfreada desses países.

É importante salientar que esse processo de acumulação de capital externo não configurava necessariamente em um padrão de acumulação interna, isso porque a economia exportadora capitalizava os ganhos nas mãos das coroas. Florestan Fernandes fala então de uma configuração de burguesia brasileira diferente da que se deu nos países de capitalismo hegemônico (levando em consideração que, conceitualmente, a burguesia seria a classe que retém para si a mais-valia e o excedente econômico produzido a partir do trabalho).

Mesmo com a independência das colônias e a “superação” do colonialismo europeu, as relações comerciais de exportação de recursos ainda era o que sustentava o Brasil, fazendo com que os senhores de engenho e a aristocracia brasileira se beneficiassem dela, criando as condições necessárias para o desenvolvimento da futura burguesia brasileira.

Foi nas cidades de alguma densidade e nas quais os círculos “burgueses” possuíam alguma vitalidade que surgiram as primeiras tentativas de desaprovação ostensiva e sistemática das “desumanidades” dos senhores ou de seus prepostos. Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu, primeiro, em defesa da condição humana do escravo ou do

liberto e, mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e às suas consequências, o que conduziu ao ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e das bases *morais* da ordem escravista. Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiria o estatuto colonial, pretendia organiza-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado. (FERNANDES, 2006: 35-6).

A dominação externa tornou-se de certa forma indireta: se dava através das instituições econômicas e agências comerciais e bancárias. Os produtores rurais e urbanos tinham um acordo tácito de serem complacentes com a infraestrutura econômica criada e mantida no colonialismo primário, pois a ela já estava alicerçada na economia latino-americana. Então, eles “preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas construídas sob o antigo sistema colonial” (FERNANDES, 1975: 16).

O terceiro padrão de dominação se inicia com a acumulação de capital dos países europeus através do controle das economias satélites (nesse caso, a América-Latina), que permitiu o desenvolvimento, como Fernandes destaca, de um “mercado capitalista moderno”. Após isso, períodos de profundas transformações sociais, políticas e econômicas na Europa começaram a surgir culminando na Revolução Industrial e dando início a Idade do Ouro do capitalismo estrangeiro que vai de 1874-1914, que só foi possível graças à acumulação desenfreada de capital produzido pela América. Enquanto isso a economia brasileira e de outros países ainda se baseava no setor agrário, principalmente nos plantios de café e cana de açúcar, “atrasando” a revolução industrial brasileira, que só aconteceu anos mais tarde.

A América-Latina não conseguia acompanhar de fato o “desenvolvimento” social que ajudava a construir nos países de fora. O neocolonialismo teve papel fundamental na dinamização da Revolução Industrial europeia, que criou ainda mais negócios nacionais e as influências externas tornaram-se parte da formação política, cultural e social latino-americana, tornando o capitalismo dependente “uma realidade histórica na América Latina”. (FERNANDES, 1975: 16).

Os mecanismos de dependência foram aprimorados a partir da proteção dos interesses dos produtores rurais e urbanos, introdução de indústrias de bens de consumo e intensificação das operações bancárias. As atividades econômicas passaram a ser realizadas de forma quase que “natural”, incorporadas no interior das cidades latino americanas: tudo era negociado à distância. A América Latina caminhava para mais um aperfeiçoamento das “estruturas econômicas arcaicas”, com os esquemas de importação-exportação preservados e mantidos para atender aos interesses daqueles aos quais beneficiavam.

A burguesia local se tornara “complacente”, ou seja, entregava de bom grado o que produzia para as burguesias hegemônicas de fora em troca de uma parcela de lucro (por isso as classes sociais para Florestan Fernandes são importantes para entender o capitalismo dependente). O século XX trouxe avanços no que diz respeito a formas de controle e dominação, trazendo ao imperialismo antigo um novo formato que se inaugura na fase do capitalismo monopolista de Estado e, com isso, o quarto padrão de dominação externa surge

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através das empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autossustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Por isso elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o “*desarrolismo*” ou o “desenvolvimentismo”, recebendo um apoio econômico e político irracional. Assim que elas se tornaram um polo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estatal e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico (FERNANDES, 1975: 22)

Florestan Fernandes destaca os Estados Unidos e toda sua influência política e econômica que é muito forte a América Latina e no Brasil num “processo lucrativo de recolonialismo” ou de modernização (FERNANDES, 1975: 23). O conceito de desenvolvimentismo e modernização que foi gestado na América-Latina como sinônimos de crescimento econômico e que, nessa concepção, por si só garantiria o impulsionamento necessário para tirar os países de terceiro mundo do subdesenvolvimento, é a principal crítica de Fernandes no que se refere à explicação

do capitalismo dependente, o que chamou como dito acima de “apoio econômico e político irracional”.

Os recursos humanos e materiais que as nações hegemônicas do capitalismo detinham eram favoráveis à resistência das implicações negativas das intervenções corporativas estadunidenses, as quais geravam consequências culturais e políticas muito nefastas, principalmente no que diz respeito à produção de ideologias dominantes. A América-Latina, no entanto, carece desses recursos, sendo mais fácil para os Estados Unidos e outras nações de introduzirem suas formas de dominação política nos países de capitalismo periférico.

De acordo com Florestan Fernandes, países como o Brasil, que passaram por todos os padrões de dominação externa (colonialismo primário, neocolonialismo, imperialismo moderno e a fase do capital monopolista de estado), apresentam certos níveis de desenvolvimento econômico internos (ainda que desiguais e dependentes) que os permitem ser incorporados nos negócios do mercado internacional, ocupando uma “posição de barganha na economia mundial” (FERNANDES, 1975: 19). Esse fato se dá, segundo Fernandes, pela existência de estruturas de poder nacionais de certa forma eficientes, que são utilizadas pelas classes sociais para manter o País nessa posição, mas nunca alcançando um nível de autonomia necessário para ditar as próprias regras do jogo econômico.

É na América Latina que as condições favoráveis para a exploração são encontradas com mais facilidade: mão de obra barata, mercado consumidor abundante, matéria prima e isenção de impostos. Importante frisar que a incipiência da urbanização e da industrialização tardia (pré-1930) no Brasil e nos países da América Latina, para Fernandes, não caracteriza o fator principal da explicação do “subdesenvolvimento” em si, já que a teoria nacional-desenvolvimentista ignorava alguns pontos importantes na construção do capitalismo dependente, pois

(...) deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. (OLIVEIRA. 2003: 33).

A revolução liberal de 1930, que marca o início do Estado Novo e a transição da economia agrário-exportadora para uma mais industrial e urbana, não configura, de fato, um “salto” econômico e social para a modernidade, fugindo dos modelos arcaicos de produção, pois novas formas de dominação e dependência são estabelecidas no interior do Brasil (nesse momento, é possível perceber um certo recuo no que diz respeito a entrada de capital estrangeiro no país em detrimento de um fortalecimento das indústrias nacionais, fator que vai ser contrariado a partir da introdução do neoliberalismo na década de 1980). As classes sociais se tornam ainda mais delimitadas na sociedade: “trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente” (OLIVEIRA. 2003: 35). A burguesia nacional brasileira (proprietários rurais e os setores emergentes da economia industrial) a partir das configurações estruturais da formação nacional latino-americana, não comportava o caráter revolucionário nacionalista como aconteceu em países do capitalismo central e nem poderia fazê-lo, por não romper com a dominação colonial, neocolonial e imperialista.

Em suma, as classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem. As classes puderam preencher tais funções, nos modelos europeu e norte-americano de revolução burguesa, porque as classes sociais submetidas à expropriação e à espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito, e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder. As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais. Elas não podem oferecer e canalizar socialmente “transições viáveis”, porque a “revolução dentro da ordem” é bloqueada pelas classes possuidoras e privilegiada, porque as massas despossuídas estão tentando aprender como realizar a “revolução contra a ordem”, e porque o entendimento entre as classes tornou-se impossível, sem medidas concretas de descolonização (em relação a fatores externos e internos dos velhos e novos colonialismos). Elas promovem mudanças e inovações, em geral descritas erroneamente (como se fossem produtos estáticos da mobilidade social, da urbanização, da industrialização e da educação), através das quais a crosta superficial da ordem social competitiva adquire a aparência dos

modelos históricos originais. Como não vão além disso, engendrando uma consciência e ações de classe negadoras da dependência, do subdesenvolvimento, dos privilégios, da opressão institucionalizada, do desemprego em massa e da miséria generalizada, elas se convertem em meios estruturais de perpetuação do capitalismo selvagem e de preservação do status quo. (FERNANDES, 1975: 42-3)

Para desenvolver a questão do subdesenvolvimento, Florestan Fernandes passa pela crítica da dependência cultural ou colonialismo mental, muito presente no pensamento social brasileiro do século XX e que, no fim das contas, seria uma consequência histórica do capitalismo dependente, reverberando na noção nacional-desenvolvimentista adotada pelos setores intelectuais na organização da sociedade brasileira, respaldados pela burguesia (COSTA, 2011: 7). Esse conceito passa a ser uma questão fundamental na elaboração da teoria da dependência, pois essa análise também implica em uma crítica à ciência social brasileira e o papel do sociólogo na contribuição para a teoria geral do capitalismo, pautando alternativas de superação da dependência e do subdesenvolvimento.

A partir do desenhado contexto, o pensamento social brasileiro não deveria replicar a produção teórica dos Estados Unidos e da Europa para tentar adquirir um conhecimento com caráter de suposta validade universal por um pensamento de viés positivista de neutralidade. Uma proposta mais acertada seria a de contribuir para a teoria geral a partir das configurações históricas da realidade latino-americana, que permitiriam desenvolver análises específicas do contexto capitalista dependente e periférico. O movimento partiria do particular para o universal e não o contrário. É certo que o desenvolvimento da ciência e os avanços teóricos-metodológicos não teriam sido possíveis sem a contribuição das categorias de análises forjadas em outros contextos específicos, no entanto, era preciso levar em consideração as condições concretas de formação nacional do Brasil, pois para Florestan Fernandes as inovações das situações específicas dos países periféricos serviriam para enriquecer as pesquisas empíricas sobre o capitalismo, contribuindo para a teoria sociológica geral. (COSTA, 2014: 7).

Cientistas sociais, e outros representantes intelectuais do Brasil, ao analisarem a sociedade brasileira e não reconhecerem os perigos inerentes a essa incorporação de técnicas sociais produzidas de fora, segundo Fernandes, estariam sujeitos a uma alienação de sua própria realidade histórica e a uma dominação

política indireta, ou até mesmo direta, dessas nações. Tendo isso em vista, a sociologia para o autor se configuraria, além de uma atividade institucional, numa política prática de intervenção na sociedade, tendo como uma das finalidades ajudar a contribuir para a superação da lógica desenvolvimentista, que enxergava os países de terceiro mundo como se estivessem em um estágio anterior e obrigatório ao dos países centrais do capitalismo.

Essa noção desconsiderava o fato de que o próprio subdesenvolvimento do Brasil e da América-Latina foi construído historicamente, impulsionando o enriquecimento das nações centrais e hegemônicas (Europa e EUA) e permitindo a elas ocuparem uma posição privilegiada no mundo e garantindo a possibilidade de constituírem com mais facilidade um estado de bem-estar social em seus países. A formação social brasileira, dessa forma, sempre esteve baseada em copiar modelos sociais de fora, permitindo a entrada de capital e de empresas corporativas internacionais, modelos de produção não apropriados, impedindo um real desenvolvimento autônomo e soberano do Brasil e fazendo com que o País não pudesse de fato delimitar seus horizontes de produção tecnológica, desenvolvimento industrial e padrão de consumos culturais.

Na época em que Florestan Fernandes escreve *A natureza sociológica da sociologia* (1980), o neoliberalismo já era uma realidade na Europa e nos Estados Unidos e foi gradualmente incorporado na América-Latina como ideologia. Dessa forma, era estranha a Florestan Fernandes uma sociologia e uma ciência social que buscasse reproduzir esses elementos de dominação política que foram forjados em contextos eurocêtricos, a exemplo do neoliberalismo que se mostrava na época como o modelo toyotista de produção. Impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial, na lógica nacional-desenvolvimentista, não resolveria o problema da dependência nacional porque ela também possui características internas na sua formação, tendo as classes sociais papel fundamental nesse processo de manutenção da dependência.

(...) padrão de acumulação flexível, toyotizado – que começa a se estruturar com muita força a partir dos anos 70 do século passado e ganha o nome de neoliberalismo – exigiu um novo tipo de ciência social que esvazia a realidade de todo seu conteúdo histórico, dos conflitos, dos antagonismos de classes e de outras categorias sociais, operando no plano da formalização abstrata a manipulação de variáveis que, a princípio, devem

contribuir para a previsão do comportamento social como ferramentas de controle político. Exemplos dessa “nova sociologia da ordem” estariam na “ciência política comparada”, nas diversas escolas liberais da ciência econômica, neoclássicas e neoliberais, na sociologia excessivamente formalista da Grande Teoria à la Parsons e no “empirismo abstrato” das pesquisas quantitativas. O raciocínio cibernético ingressou violentamente nesse novo padrão de cultivo, conservador e reacionário, das ciências sociais, transformando a sociologia num poderoso instrumento de engenharia social e controle político. (COSTA, 2021: 99)

É possível entender que quando Florestan Fernandes trata de desenvolvimento social, ele quer dizer sobre processos de mudanças estruturais e históricas dentro do capitalismo a partir de ganhos de direitos da classe trabalhadora num movimento de tomada de uma consciência política, a exemplo da legislação trabalhista e do salário mínimo instaurados no Estado Novo na década de 1930 (que não foi simplesmente cedida de bom grado, mas sim, conquistada a partir de luta política da classe trabalhadora). Até mesmo as pequenas conquistas políticas dentro dessa forma de democracia burguesa se tornam muito difíceis para o proletariado, sendo esses ganhos, inclusive, estruturados de forma a gerar novas formas de exploração sob a falsa noção da existência de uma competitividade ampla e igualitária.

Importa não esquecer que a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como “salário de subsistência”, isto é, de reprodução; os critérios de fixação do primeiro salário mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc. Está-se pensando rigorosamente, em termos de salário mínimo, como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. Não há nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador; não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho. (OLIVEIRA, 2003: 38)

Os fatores de desenvolvimento sociais seriam aqueles que pudessem mitigar as desigualdades históricas da sociedade brasileira para que esta pudesse se reproduzir socialmente, podendo ser reivindicadas e conquistadas a partir dos conflitos de classe e suas disputas políticas. No entanto, esse processo ainda é muito dificultado e incipiente dentro da realidade latino-americana porque se até mesmo a burguesia

ainda está em seu processo de “emancipação” e dividida entre o “arcaico” e o “moderno” (rural e industrial), toda a massa da população pobre e descendentes dos escravos ainda ocupava uma posição muito subalterna e seus ganhos políticos acabam servindo de novas formas de exploração.

Os modelos organizacionais de vida social do exterior não seriam possíveis de serem replicados no Brasil porque se, em teoria, a sociedade brasileira caminhasse para uma ordem social competitiva baseada na ciência e na tecnologia, seria necessário que algumas condições básicas fossem atendidas para que isso fosse possível. Era preciso compreender, em sua totalidade, as características estruturais das forças antagônicas dos interesses de classes presentes na sociedade de capitalismo dependente, que de certa forma se diferenciavam dos outros países capitalistas.

Para Florestan Fernandes a comparação com países de capitalismo central deveria ser feita apenas para elucidar as particularidades provenientes do subdesenvolvimento, dos fenômenos de estrutura, função e mudança sociais dentro da ordem do capitalismo e suas possíveis mudanças progressivas a partir de “rupturas” políticas, “brechas” provenientes da luta de classes, dos conflitos sociais. Estas, se bem aproveitadas, poderiam conceder oportunidades de reivindicação da universalização de direitos sociais e da cidadania, caracterizando de fato um desenvolvimento social progressivo. (COSTA, 2011: 7).

Apresentadas as características gerais da teoria do capitalismo dependente e de suas formas de dominação externas e internas, tendo as burguesias nacionais como principais responsáveis por sustentar esse processo, o tipo de democracia que se originou nos países latino-americanos é um tipo restrito de participação política, recaindo no que Fernandes vai chamar de autocracia burguesa. A então consolidada burguesia latino-americana, embora historicamente tenha se desenvolvido de forma dependente e subordinada, ainda possui grandes poderes político e econômico e os utilizam para dominar a classe trabalhadora. Mas não apenas isso. A burguesia do capitalismo dependente mantém um nível de exploração predatório particular, que é intensificado pelas dinâmicas do subdesenvolvimento. Dessa forma, os antagonismos de classe entre burguesia e proletariado ganham uma conotação muito potente e selvagem, pois, ao lutar pela defesa de seus interesses particulares, a classe burguesa luta pela própria existência do capitalismo.

Para alcançar seus propósitos e manter seus interesses, essa burguesia opera de forma muito brutal nos países dependentes: utilização da violência institucional do

Estado e do racismo como formas de controle político; investimento em propaganda anticomunista que cria um pânico moral altamente difundido nos mais variados setores da sociedade; financiamento de países imperialistas para a aplicação de golpes de Estado e de ditaduras de extrema direita, exemplo da ditadura empresarial de 1964-1985, cujo germes já vinham se originando a partir do Estado Novo e se fortificam depois do pós-guerra com os resquícios do nazifascismo.

A ditadura, aliás, é um bom exemplo de como a autocracia burguesa funciona na defesa de seus interesses e de sua perpetuação na sociedade, elencando elementos chauvinistas¹ e de proteção ferrenha da propriedade privada dos meios de produção. É assim criada uma falsa noção de nacionalismo e patriotismo que nada tem a ver com soberania nacional, mas que reúne os mais perversos desejos e vontades de uma burguesia internacional (hoje principalmente dos Estados Unidos) recorrendo a todos os meios necessários para isso.

A burguesia não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. Isso introduz um elemento político em seus comportamentos de classe que não é típico do capitalismo especialmente nas fases de maturação econômica, sociocultural e política da dominação burguesa na Europa e nos Estados Unidos. Essa variação, puramente histórica, é, no entanto central para que se entenda o crescente divórcio que se dá entre a ideologia e a utopia burguesas e a realidade criada pela dominação burguesa (FERNANDES, 2006: 345)

Nessa perspectiva, é possível notar que o tipo de desenvolvimento nacional gestado no Brasil a partir de sua burguesia não se preocupou, de fato, em promover condições de melhoria de vida para a sociedade conseguir atuar “dentro da ordem capitalista” competitiva. O que se percebe é o aumento gradual das violências institucionalizadas contra a classe trabalhadora a partir do Estado, essa em sua maioria composta de pessoas racializadas. “Por isso ela não consegue assumir localmente a revolução burguesa. Não lidera nem a revolução nacional nem a revolução democrática” (LIMOEIRO-CARDOSO, 2013: 6).

¹ De acordo com Leandro Konder (2009) em *Introdução ao Fascismo*, o termo *chauvinismo* pode ser entendido como um “falso” patriotismo fanático que tem aversão por tudo o que é “de fora”, o que é diferente ao ideário de nacionalidade mistificadora que compreende apenas um grupo, classe, etnia ou segmento social como os únicos verdadeiramente “de dentro”, nacionais.

Ao assumir esse papel, a burguesia nacional mina as capacidades criadoras que o capitalismo poderia vir a ter porque destitui a classe trabalhadora de sua participação econômica, cultural e política. Ao fazer isso, no entanto, ela também se torna mais débil e limitada pois não consegue se equiparar às burguesias internacionais em quem tanto se espelham. Empobrece sua visão de mundo e liquida-se enquanto agente histórico revolucionário.

Os conflitos entre as classes, movimento que Florestan designou como favorável ao desenvolvimento social progressivo, acaba sendo limitado ou até mesmo anulado pela burguesia ao não entender as potenciais transformações do desenvolvimento capitalista que dela deriva. Cria-se um cenário onde até mesmo o desenvolvimento social progressivo dentro do capitalismo é cerceado pela sua própria classe, aprofundando as desigualdades em níveis extremos e mantendo a classe trabalhadora numa condição de subalternização de forma que, quando uma crise do capitalismo irrompe, a caixa de Pandora é aberta e as consequências desastrosas são muito difíceis de serem contornadas.

As ferramentas que a burguesia utiliza para manter esse padrão de exploração são constantemente atualizadas, principalmente quando chega a crise do capitalismo. O neoliberalismo e a austeridade, principais questões do próximo capítulo, têm um papel fundamental na manutenção dessas violências políticas e institucionais, aplicadas veementemente para “resistir” ao Estado de bem-estar social nos países de capitalismo central. Quando o neoliberalismo é inaugurado na América-Latina, onde o estado de bem-estar social nunca conseguiu terreno fértil, as consequências são muito mais profundas e difíceis de serem contornadas. Elas se atualizam e se aprofundam a cada crise do capital a partir das políticas neoliberais que, num primeiro momento, prometem mudanças progressivas, mas na verdade, são projetos econômicos e políticos que estão alinhados com medidas de austeridade como cortes em gastos sociais e sucateamento do setor público, conflitos socioambientais, ataque à ciência, educação e cultura, privatizações, congelamento de salários e piora na qualidade de vida da classe trabalhadora. Ou seja, tudo o que for necessário para manter os interesses das classes dominantes intactos e perpetuar os padrões de autocracia burguesa e democracia restrita.

Cap. 2. CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E CRISE DO CAPITALISMO NO BRASIL

O movimento feito no capítulo anterior foi o de recuperação da crítica sobre a ideia de subdesenvolvimento em Florestan Fernandes para compreender o capitalismo dependente como uma realidade historicamente construída na América-Latina. A isto importa também pensar como esse tipo particular de capitalismo é capaz de gerar um tipo particular de burguesia nacional, recaindo numa democracia restrita e autocracia das classes dominantes. Também, de como as ciências sociais e outros setores da intelectualidade brasileira foram cooptados pelas formas de pensamento social burocrático e tecnocrático, que ajudaram na manutenção da dependência econômica e cultural no Brasil, e o papel histórico que esses profissionais devem exercer na tentativa de superação da dependência, que é atualizada, pelo neoliberalismo, a cada crise econômica.

Neste capítulo será feito o resgate da introdução do neoliberalismo e de sua manifestação nas políticas de austeridade na América-Latina para entender como as consequências negativas dessa ideologia são aprofundadas nos países dependentes e periféricos pelas dinâmicas da autocracia burguesa. Dito isso, primeiro é preciso fazer um balanço histórico mais geral do neoliberalismo e de como ele se originou e foi inserido nos países latino-americanos.

Após a II Guerra Mundial, os países capitalistas centrais da Europa e da América do Norte pareciam caminhar para um crescimento significativo de suas economias e uma estabilidade nunca vista antes. A famosa Idade do Ouro do capitalismo, que se dá entre as décadas de 1950 e 1960, é considerada como um fator que tornava o que se chama de estado de bem-estar social possível e até mesmo necessário em muitos desses países. Essa nova organização do capitalismo, a partir das ideias de John Maynard Keynes, tinha como principal objetivo uma política econômica de redistribuição que promovia certo igualitarismo entre as classes sociais a partir do controle do “livre mercado” pela intervenção do Estado.

Esses países conseguiram alcançar um nível de acumulação tão intenso, como demonstrado no primeiro capítulo, que o desenvolvimento social promovido permitia a aplicação de uma política econômica mais justa e igualitária, fazendo com que o Estado participasse mais ativamente na construção de uma sociedade estabilizada, direitos que foram conquistados a partir dos partidos políticos trabalhistas que

ganharam espaço na Europa e se fortaleciam através das configurações sindicais, lutando ativamente por melhorias nas condições de trabalho e de vida social.

Setores mais liberais da economia, no entanto, ainda reivindicavam que as dinâmicas do “livre mercado” fossem prejudicadas por essa forma de regulação social. Esse pensamento já circulava nos setores liberais a partir dos escritos de Friedrich Hayek que já em 1944 apontava para os “perigos” iminentes que esse modelo de política econômica representaria para o capitalismo. De acordo com Perry Anderson (1995), o neoliberalismo nasce da necessidade de reverter essa situação de intervenção estatal em detrimento da defesa do livre mercado, com o propósito de combater o keynesianismo e solidarismo para construir um tipo de capitalismo brutal e sem regras. Todavia, não parecia fazer sentido os alarmes de Hayek já que o capitalismo avançado estava entrando em sua Idade de Ouro do século XX.

É, porém, quando surge a primeira grande crise do capitalismo do pós-guerra, em 1973, que as ideias de Hayek ganham força na explicação do retrocesso capitalista e no seu modo de acumulação. Se as bases da crise eram porque o Estado estava gastando muito com gastos sociais e concedendo direitos à classe trabalhadora, o neoliberalismo procurou minar as bases de organizações sindicais, reduzir os impostos da burguesia, contrair a emissão monetária, enxugar a máquina estatal, criar uma reserva de trabalhadores desempregados para sustentar o argumento da taxa “natural” do desemprego dentro do capitalismo e elevar os juros.

Podemos identificar que a austeridade anda de mãos dadas com o neoliberalismo, já que “nesse sentido, a austeridade é a política que busca, por meio de um ajuste fiscal, preferencialmente por corte de gastos, ajustar a economia e promover o crescimento” (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018: 16), buscando diminuir o máximo possível a participação do Estado na vida social, o tornando “mínimo”, para que o “mercado se autorregule por si mesmo” e, em tese, ofereça as condições necessárias para acabar com as crises econômicas.

A partir dos anos 1980, o neoliberalismo se inaugura na Europa com Margareth Thatcher e com Ronald Reagan nos Estados Unidos (com algumas diferenças na forma de aplicação). Este espelhou-se pelo resto do continente europeu com governos de direita e, mais tarde, cooptando até mesmo as mais variadas vertentes da social-democracia, que passou a ser a principal mediadora do neoliberalismo na Europa Ocidental, elucidando o potente alcance ideológico que

essas políticas econômicas de austeridade ganharam a partir da guerra fria. Dentro desse panorama mais amplo,

Poder-se-ia perguntar qual a avaliação efetiva da hegemonia neoliberal no mundo capitalista avançado, pelo menos durante os anos 80. Cumpriu suas promessas ou não? Vejamos o panorama de conjunto. A prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 70. Nesse aspecto, seu êxito foi inegável. No conjunto dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários. (ANDERSON, 1995: 5).

É possível notar, então, que o neoliberalismo obteve êxito no que se refere ao fortalecimento das empresas e no seu padrão de acumulação através do enfraquecimento dos direitos sociais que a classe trabalhadora tanto lutou para angariar. Entrementes, no que se refere ao crescimento e estabilidade do capitalismo em si, o neoliberalismo fracassou de forma feroz. De acordo com Anderson, “no conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente” (ANDERSON, 1995: 6). Esta fala mostra que, de fato, o mercado não pode se autorregular e nem se autogerir porque ele não é uma entidade superior que existe antes mesmo da consciência.

Pode-se dizer que uma questão muito importante foi deliberadamente apagada pelo neoliberalismo na hora de se fazer política econômica: o que produz valor é o trabalho, o que deriva de sua parte produtiva a partir de mercadorias reais. O que se pôde observar, de acordo com Perry Anderson e François Chesnais, é que o capital financeiro, ou seja, a parte especulativa e parasitária do capital, que não gera valor real, foi tida como prioridade nas políticas neoliberais. Esse processo, também chamado de “mundialização do capital”, condensa todo esse conjunto de políticas de

austeridade que são implementadas a partir de uma concepção de Estado mínimo. É através dessas políticas que o Estado e os bancos capitam seus ganhos por meio de juros cada vez mais altos e o capital tende a prevalecer a sua parte financeira e especulativa em detrimento da sua parte produtiva, congelando o salário de servidores públicos, cortando os orçamentos de educação, moradia popular, saúde e demais bens e serviços. Sobre a “mundialização”, nos diz Chesnais:

Para a classe operária e as massas trabalhadoras, o que o capital tende a restaurar é o regime do “tacão de ferro”, como chamava Jack London, A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros. (CHESNAIS, 1996: 16).

Essa tendência do capitalismo “mundializado” a sobrepor sua esfera financeira às demais esferas, principalmente da produtiva, é o que sustenta o *modus operandi* do capitalismo do séc. XXI, no qual a especulação e o capital monetário conseguem adentrar e controlar os mais variados setores da economia global, ficando cada vez mais responsáveis pela distribuição da riqueza socialmente produzida através do trabalho. O capital financeiro trouxe novas formas de exploração da classe trabalhadora e do aumento inconsequente da produtividade do trabalho, sem a devida preocupação com os níveis de emprego ou com as consequências de uma política baseada em ganhos por meio de taxas de juros. (CHESNAIS; 1996).

Finalmente, a partir da década de 1980 e início dos anos 2000, a maioria dos países latino-americanos adotou políticas econômicas e sociais neoliberais, abrindo ainda mais seus mercados e capitais para o exterior, perdendo autonomia no modo de fazer política estatal e soberana, a partir da influência de países de capitalismo central como Estados Unidos e Europa (HOFF; SOUZA, 2019: 3). As consequências dessas políticas foram e continuam sendo nefastas para as sociedades, principalmente se estivermos falando de países de capitalismo dependente.

Por mais que essa agenda tenha sido seguida de forma diferente em vários países do mundo, o seu objetivo principal não deixou de ser cumprido: abertura interna para um comércio internacional de investimentos financeiros e cortes de “gastos” sociais em prol de um Estado mais “soberano” e “desenvolvido”. As privatizações também são um ponto-chave para entender como esses interesses afetam negativamente a classe trabalhadora e como fazem parte de uma forma mistificadora de compreender qual a função do Estado na manutenção da vida, criando uma dicotomia entre público e privado e de como, na visão dos neoliberais, tudo pode vir a ser comercializado, visando taxas de lucros cada vez mais altas.

Esse processo de desestatizações e abertura do mercado interno para as influências internacionais, de certa forma, não é novidade nos países da América-Latina tendo em vista as influências externas historicamente construídas. No entanto, se configuram na história da política neoliberal como uma nova forma de se entender o trabalho, ou melhor, de abandonar o entendimento do trabalho produtivo como a principal categoria de produção de valor e elemento fundante das relações sociais, tal como Marx e os precursores da economia política clássica (Smith e Ricardo) previram com a Teoria Valor-Trabalho.

A Teoria Valor-Trabalho (TVT), em síntese, nos diz que a quantidade de trabalho socialmente posto em uma produção é o que determina o seu valor, sendo a partir do trabalho humano que a satisfação das necessidades materiais se torna possível. A classe trabalhadora, logo, deveria ser a mais beneficiada no processo de produção, pois ela é a que torna a vida social possível de se reproduzir. No entanto, ao passo que a modernidade avança, a economia abandona a TVT e passa a se preocupar apenas com a parte da distribuição da mercadoria, não mais com a sua produção, criando uma anomalia do capital que só é possível observar nessas novas morfologias do trabalho. Esse tipo de economia, que Marx chamava de “economia vulgar”, formava verdadeiros tecnocratas que se abstinham da discussão política sobre as condições sociais de produção, precarizando cada vez mais a classe trabalhadora.

Ao abandonar a categoria do trabalho como base fundante das relações sociais, os neoliberais encontraram uma nova forma de transformar a classe trabalhadora em máquina de gerar lucro. Aplicam seu mais valor em capital fictício e enriquecem grandes bancos, que passaram a ter um controle sobre as transações econômicas e a usar o dinheiro do povo a seu bel prazer. Infelizmente, como nos já nos disse Perry Anderson (1995), a ideologia neoliberal foi colonizando até mesmo os setores sociais

mais progressistas, o que gerou uma verdadeira agenda política a ser seguida mundo afora, mais ou menos explícita.

O Chile, por exemplo, que pode ser considerado o marco zero das políticas neoliberais na América Latina na década de 1980, passou por um processo nefasto de “modernizações” que transferiu para o setor privado o que eram antes considerados direitos sociais garantidos pelo Estado, afetando a saúde, a educação e a previdência social de forma muito violenta e deixando a população ainda mais pobre e endividada com os setores de financiamento a partir da lógica dos créditos e, também, privatizando a educação, a previdência social e outros setores. (ANTUNES, 2020).

Sob o mito da modernização e de que o Estado não pode arcar com os gastos dos serviços que oferecem, as privatizações trazem uma falsa noção de progresso e desenvolvimento dos serviços públicos ao se tornarem mercadorias (e não mais serviços). O neoliberalismo busca transformar esses serviços em mercadorias e lucrar em cima deles, reduzindo o acesso das massas a esses serviços e, inclusive, sucateando tudo o que é público para passar a falsa impressão de que o que vem do Estado não funciona e é preciso privatizar. As formas de aplicação da agenda neoliberal podem ser observadas de formas diferentes em vários países do mundo, no entanto, todos eles seguiram uma fórmula mais ou menos parecida no que diz respeito ao impedimento da participação do Estado na vida social.

No Brasil, de acordo com Costa e Silva (2005), a ideologia da privatização começou com um lento processo de privatizações de pequenas empresas a partir da década de 1980, já no governo de José Sarney, e em 1990 com Fernando Collor. A partir daí, a privatização começou a destacar-se como prioridade no modelo de política econômica aqui estudado.

Sem dúvida, foram claros os esforços de inserir o Brasil no processo de mundialização. O Plano representou um marco de transição da era do protecionismo, gestado com o ideário cepalino que ancorou o processo de substituição de importações, para uma etapa caracterizada pelo resgate às ideias liberais e pelo esforço frenético de abertura e desregulamentação da economia. Apesar disto, muitos dos outros aspectos sociais, econômicos e políticos continuaram prevalecendo. A inflação não recrudescu no final das contas, a evolução do PIB foi muito ruim, com redução de 4,4% em 1990, crescimento de 0,2% em 1991 e volta do decréscimo em 1992, com redução de 0,8%. O caráter recessivo do Plano estava mais que comprovado. O desemprego, então, atingiu

níveis inéditos, chegando a 14,6% em março de 1992 na Região Metropolitana de São Paulo. (COSTA E SILVA, 2005: 17).

Percebe-se uma semelhança das consequências do neoliberalismo no que se refere aos números reais de crescimento e desenvolvimento entre os países europeus e da América Latina, sendo esses últimos mais afetados devidos as suas configurações históricas de países dependentes. Essas políticas adentraram com mais força ao Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que seria um exemplo evidente de dependência cultural a partir das ciências sociais burocráticas, utilizadas como forma de dominação política.

Fernando Henrique Cardoso seguiu a cartilha neoliberal à risca, com um processo de privatizações dos setores da indústria tais como petroquímica, petróleo e mineração e nos setores de infraestrutura e serviços, como o setor financeiro, elétrico, de transporte, portuário, gás/saneamento, telecomunicações e informática.

De acordo com Costa e Silva (2005), o início das privatizações no governo de FHC, entre 1995 e 1996, ocorreram por volta de 19 privatizações que somaram mais de US\$ 5,1 bilhões. Em 1997, as desestatizações continuaram com a venda da Companhia Vale do Rio Doce (que anos mais tarde, veríamos acontecer o crime ambiental do rompimento da barragem I da Mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho, sob responsabilidade da Vale) e com outras privatizações em níveis federais e estaduais. No ano de 1997, as privatizações no âmbito estadual foram se tornando mais regulares, com o então apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Até 2002, as privatizações somaram bilhões e as maiorias das estatais tinham sido vendidas. (COSTA E SILVA, 2005).

As consequências não poderiam ser outras: desestabilização dos mercados internos, aumento nas taxas de juros e crescentes taxas de desemprego. O desemprego parece ser uma constante no modelo neoliberal de política, pois evidencia o que Ricardo Antunes (2005) chama de a “nova morfologia do trabalho”. Este diz respeito a um trabalho precarizado, desvinculado de garantias e serviços, terceirizado, um “não trabalho” no sentido de seu valor produtivo, mas sim uma prestação de serviços que pode ser contratada por diferentes empresas em vários lugares do globo. (ANTUNES; 2005).

A partir da década de 1990, os países latino-americanos abriram seus mercados e seu capital e privatizaram seus

serviços públicos, resultando em perda de autonomia, coesão e ausência de estratégias de desenvolvimento nacional. Um dos fatores que levaram à estagnação do país sob o regime econômico ortodoxo ou neoliberal foi a desconsideração aos efeitos colaterais da abertura do mercado. Apesar de atrair empresas estrangeiras para o solo nacional e da repatriação de recursos, com as privatizações também se instalou o desemprego, já que o objetivo principal dessas multinacionais era sanear as operações no país e, assim, reduzir empregos em vez de criá-los. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em países em desenvolvimento não resulta em expansão da capacidade produtiva em longo prazo, e sim em obtenção de altos lucros em curto prazo. (HOFF; SOUZA, 2019: 3).

Como visto no primeiro capítulo, a ideologia desenvolvimentista que foi fundamental para a introdução do Brasil no mercado capitalista mundial entre os períodos de 1930-1960, e que consolidou a burguesia nacional, perdeu força significativa na década de 1970 em diante, momento que se instaurou ditaduras militares nos países como Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. A ideologia nacional-desenvolvimentista, embora estivesse ligada a formas de exploração endógenas da burguesia nacional, de certa forma, alavancaram o processo de industrialização e desenvolvimento dentro da ordem capitalista, promovendo certos ganhos para a classe trabalhadora a partir dos conflitos de classe que foram destacados no primeiro capítulo a partir da análise crítica de Florestan Fernandes.

Com a redemocratização do Brasil, os governos de José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, principalmente, buscaram introduzir o neoliberalismo ortodoxo que configurou a principal forma de política econômica adotado no País, impulsionando os investimentos estrangeiros e abrindo mão da então “soberania nacional” da lógica nacional-desenvolvimentista (mesmo com todos os problemas citados anteriormente). O Brasil, então, se encontrava em uma situação de semiestagnação econômica que o impedia de competir igualmente com outros países e, se tratando de um país periférico e dependente, ficava ainda mais difícil de ditar seus próprios horizontes econômicos, ficando a mercê do capital estrangeiro.

De acordo com Hoff e Souza (2019), foi então com os governos do Partido dos Trabalhadores (Governos Lula e Dilma, 2002-2014) que o então neodesenvolvimentismo (enquanto tentativa de fortalecimento do desenvolvimento nacional através políticas redistributivas) retornou como política econômica para reparar

algumas das consequências negativas deixadas pelo neoliberalismo ortodoxo da década de 1990. Os governos de Lula e Dilma buscaram realizar transferência de renda e investimentos em políticas públicas como de habitação, transporte e saneamento através da criação de alguns programas sociais importantes. Esses programas condensaram várias camadas das classes sociais brasileiras, tendo a classe trabalhadora uma das principais beneficiadas nesse processo. No entanto, percebe-se que a burguesia também foi fortalecida, pois, na configuração atual do País era impossível realizar política econômica sem a influência do capital financeiro, fator que já denunciava a persistência do neoliberalismo.

Embora a classe trabalhadora tenha conseguido ganhos significativos nos governos Lula e Dilma, o neodesenvolvimentismo adotado evidenciou um tipo de política que não buscou de fato romper com as raízes dos problemas neoliberais, mas sim o fortalecimento do capitalismo (HOFF; SOUZA, 2019). Dentro dessa lógica, o capital financeiro, os créditos e financiamentos foram ganhando mais espaço dentro da classe trabalhadora, que foi se endividando cada vez mais. Em contrapartida, os setores de capital financeiro foram os que mais lucraram a partir das negociações com empresas imobiliárias e bancos para administrar processos de financiamento.

É possível fazer algumas interpretações paralelas importantes dos governos Lula e Dilma. Conforme Hoff e Souza (2019), o processo de redistribuição de renda a partir de políticas públicas que se consolidaram através de programas sociais como o “Bolsa Família” e “Benefício de Prestação Continuada” retirou muitas pessoas da situação de extrema pobreza, no entanto, “os pilares estruturantes da miséria brasileira, infelizmente, não foram sequer minimamente enfrentados” (ANTUNES, 2022: 53). Trabalhadores agrários também reivindicaram direitos importantes, mas a estreita ligação com o agronegócio acabou por dificultar o processo gradual dessas conquistas, não sendo possível realizar de fato uma reforma agrária e desapropriações de terras para moradia. Em relação às cidades, o programa “Minha Casa, Minha Vida” foi de extrema importância para distribuição de moradia popular para uma grande parcela da população desabrigada, mas os acordos com imobiliárias e com os bancos permitiram um grande acúmulo de capital por parte desses setores na tentativa de alinhar crescimento econômico com o desenvolvimento social. (HOFF; SOUZA, 2019: 5).

Embora a melhora na qualidade de vida da classe trabalhadora tenha sido alavancada, tendo em vista o cenário político e econômico dos anos 1990, é possível

perceber que era impossível abrir mão de uma forma mais liberal de gestão, mas que procurasse beneficiar as camadas populares. No entanto, ao não efetuar de fato mudanças estruturais no que se refere à liquidação do neoliberalismo como ideologia política, a partir de 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT) acabou recaindo em um movimento de recessão econômica, visto que nesse período já era possível observar que o PT, dos governos Lula e Dilma, sofria pressão da burguesia para adotar uma política econômica mais neoliberal

Findava-se, assim, a possibilidade social-democrata a partir do rompimento da coalizão política desenvolvimentista, que possuía as políticas sociais no centro da ação nacional de desenvolvimento. O Estado rendeu-se à política de austeridade fiscal, apontando para a resiliência do neoliberalismo, e isso se concretizou “[...] em cortes de programas sociais estratégicos (Minha Casa, Minha Vida), recessão econômica, agravamento do desemprego, deterioração da renda, retrocesso social da ‘Nova Classe Média’ (Classe C) e falta de recursos nas áreas de saúde e educação públicas.” (HOFF; SOUZA, 2019: 6).

Mesmo com a redistribuição de renda, as camadas mais pobres ainda tinham dificuldade de mobilidade social e continuavam num grau de pobreza absoluta. Mesmo com a atenção dada à agricultura familiar, o agronegócio se fortaleceu porque as bases da economia ainda eram a exportação de produtos primários/commodities, contribuindo pouco para a reforma agrária, fator que fez com que a grilagem e os conflitos por terra continuassem seu curso. Embora as políticas de habitação urbanas tivessem configurado um sucesso, a iniciativa privada que passou a controlar esses programas, o que acabou por recair numa segregação espacial das classes populares, sendo os setores imobiliário e bancário os que mais obtiveram lucro, mantendo os antigos privilégios e a ordem social hierarquizada (HOFF; SOUZA, 2019).

Fica evidente a dificuldade que um país de capitalismo dependente possui para romper com as estruturas de um modo de fazer economia voltada para o fortalecimento da classe burguesa. O capital financeiro teve que recorrer a concessões políticas com esses setores para promover mínimas reformas na sociedade de classes, ainda que de forma muito tímida no que se refere a mudanças concretas a longo prazo. O projeto popular adotado pelo PT, dentre outras questões, apresentava contradições devido às dificuldades de se desenhar uma forma de organização social contra o neoliberalismo dentro da ordem capitalista.

(...) também pelo quase monopólio dos meios de comunicação de massa, a transnacionalização das burguesias e, sobretudo, uma fortíssima tradição de elitismo colonialista e da legitimação/naturalização da marginalização herdada com o fim da escravidão, sem nenhuma compensação reparadora coletiva para o povo negro. Tratava-se, portanto, de uma situação muito complicada para qualquer tentativa de disputa. (BALSA; COSTA, 2021: 37).

A adesão desse capitalismo mais “inclusivo” pode ter deixado a burguesia com medo de perder seus privilégios e não continuar operando um projeto de democracia restrita.

De acordo com Balsa e Costa (2021), a burguesia nacional com toda sua influência política e ideológica trabalhou na criação de um projeto hegemônico de dominação e unificação de classe para retomar o neoliberalismo no controle do Estado brasileiro. Essa disputa foi profunda e desencadeou consequências desastrosas para o povo brasileiro. Se de um lado o PT tinha que apresentar um projeto nacional contra o neoliberalismo, mas dentro da ordem capitalista, do outro se tinha um discurso universalizante de que a única saída para a recessão econômica de encontrava no modelo neoliberal. Essa seria uma questão fundamental para entender a volta do neoliberalismo ortodoxo no Brasil após 2016 com o governo Michel Temer, porque um dos sucessos ideológicos do neoliberalismo é sua explicação técnica e “independente de ideologia” para o controle dos problemas econômicos. (BALSA; COSTA, 2021).

Conforme Balsa e Costa (2021), para organizar a volta do neoliberalismo ortodoxo, foi criada uma “nova direita” brasileira que se rearticulou através de aparelhos ideológicos privados para desempenhar três papéis fundamentais: unificação da própria classe, angariar apoio das classes aliadas e dos intelectuais tradicionais e enfraquecimento das esquerdas a partir da divisão do campo popular que dificultou a organização da classe trabalhadora. Ficam aqui mais evidentes as características da formação dependente brasileira que mistura o “arcaico” e o “moderno” nas relações políticas e econômicas: o neoliberalismo “à brasileira” configura um misto de relações escravocratas com a violência política da burguesia, reforçando os elementos políticos autocráticos brasileiro. (BALSA; COSTA, 2021).

A nova direita foi se organizando política e ideologicamente durante os governos do PT no sentido de construir uma proposta hegemônica para o conjunto de

sociedade a partir da preparação dos aparelhos ideológicos da burguesia e de organização dos grupos empresariais. Estes necessitavam espalhar uma ideologia para todos os setores e camadas sociais, principalmente para o pequeno burguês e parte da classe intelectual brasileira (BALSA; COSTA, 2021). Aliado com o quase monopólio dos veículos midiáticos, a articulação dos setores “arcaicos” da burguesia, como os latifundiários e os “modernos”, como a burguesia industrial e o uso do neoliberalismo como arma ideológica, conseguiu moldar as subjetividades do povo brasileiro de forma muito violenta e eficaz, sendo fundamental para delimitar os novos rumos da política brasileira.

A construção das subjetividades dessas camadas médias envolve processos complexos e permanentes de instilação, retroalimentados, dos valores elitistas de uma ordem social burguesa altamente excludente, cujos principais vetores são representados pelos meios de comunicação de massa (telenovelas, filmes, noticiários etc.) e, nas duas últimas décadas, as chamadas redes sociais. Os aparelhos privados de hegemonia consideram não apenas os interesses objetivos desses grupos médios, mas operam principalmente sobre o que tais camadas acreditam ser suas aspirações e desejos. Em muitas circunstâncias tais setores podem ir contra seus próprios interesses objetivos, como no caso das camadas médias que apoiam as medidas e contrarreformas neoliberais (as reformas previdenciária, trabalhista, administrativa, tributária, etc.), cujas consequências no médio e longo prazo seriam precarizar suas condições de trabalho. (BALSA; COSTA, 2021: 41).

Essa arma ideológica muito poderosa também foi impulsionada por um elemento que nunca deixou de existir no Brasil e que foi a principal tática utilizada para espalhar pânico moral entre a classe trabalhadora e a pequena burguesia que remonta desde o Estado Novo e a Ditadura Militar: o anticomunismo. Aliado à ideologia neoliberal que aprofunda cada vez mais o sentimento individualista e egoísta produzido pelo capitalismo e que se transforma nas relações modernas do trabalho (como visto acima, em um abandono do entendimento do trabalho produtivo como relação fundante da vida social, em detrimento de um não-trabalho precarizado, “uberizado” a partir da lógica dos MEI – Micro Empreendedor Individual, das privatizações e da retirada de direitos), o sentimento anticomunista cria um pânico moral difícil de ser contornado porque as pessoas estão com medo e lutando para sobreviver, buscando apoio a quem primeiro lhes estender a mão.

A combinação desses elementos ideológicos que são fortificados a partir das configurações de sociedade brasileira periférica e dependente cria uma falsa noção neoliberal de que a meritocracia que deve ser o centro das relações sociais. Esta lógica opera por uma ordem social competitiva “sem diferenciações” e “sem desigualdades” estruturais que condensa toda a aversão reacionária às ditas minorias sociais (mulheres, povos indígenas, pessoas LGBT, militantes de esquerda, nordestinos, ateus etc), mistificando a realidade política, econômica, social e cultural da sociedade brasileira.

Criado este terreno fértil para a proliferação de ideologia dominante neoliberal, foi instaurado no Brasil em 2016 um processo de impeachment da presidenta Dilma que alçou seu então vice-presidente Michel Temer ao poder e marcou a volta do neoliberalismo ortodoxo. Esse movimento, junto com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, trouxe de volta os conjuntos de medidas de austeridade econômica para gerir o Estado, só que dessa vez com um discurso ideológico antipetista, anticomunista e antiminorias sociais muito mais potente e feroz, afetando principalmente a classe trabalhadora.

Conforme Dweek, Oliveira e Rossi (2018), o período pós 2016 marca a entrada do Brasil na mais potente “Era da Austeridade” com a criação da Emenda Constitucional 95/2016 no governo Temer, que estabelece que as despesas totais do Estado não devem acompanhar o crescimento da renda e nem da população durante 20 anos, isso inclui saúde, educação, salário mínimo etc. Segundo os autores, essa medida de austeridade permanente teria como objetivo final afetar mais drasticamente as áreas da educação e saúde (que deve cair de 2,4% do PIB em 2017 para 1,5% do PIB em 2026). (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018:51). Outra medida foi a Reforma da Previdência (PEC 287/2016) que aumentou o tempo mínimo de contribuição de homens e mulheres em 10 anos, forçando a classe trabalhadora a passar mais tempo trabalhando e não saber se de fato conseguiria uma aposentadoria digna.

Dentro do novo regime de austeridade estavam previstas privatizações, mudança do marco regulatório do pré-sal, retirando o direito da Petrobras de ser operadora única desses campos, e ainda aprovação da Lei Ordinária (Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 (Brasil, 2017), Projeto de lei nº 4.302/1998 do ex-presidente FHC), que permitia terceirizações de trabalhadores para todas as atividades (Brasil, 1998). Para o governo, era uma tentativa de atrair investimentos e facilitar a

geração de empregos, porém, para os trabalhadores, representava uma fragilização nas relações trabalhistas e nos direitos conquistados historicamente. (HOFF; SOUZA, 2019: 10).

Essas questões foram aprofundadas consideravelmente a partir da eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Além de continuar com a agenda neoliberal econômica, o presidente Jair Bolsonaro inaugurou uma nova “ditadura” indireta composta pelo autoritarismo exacerbado e atuação predatória da Polícia nas periferias e nos ataques a manifestações populares, seguido de um forte discurso de repulsa às minorias e ao estrangeiro de país dito periférico, elencando, como dito no capítulo anterior, elementos chauvinistas, fascizantes e saudosista da ditadura militar em torno de um único inimigo em comum: os governos Lula e Dilma, que passam a representar o grau máximo do “comunismo” no Brasil.

Este autoritarismo “socialmente instaurado” conseguiu demasiado apoio das massas no Brasil, tendo em vista que nosso país não rompeu com o seu pai colonial, estamental e escravocrata, reproduzindo e atualizando as formas de dominação patriarcais e patrimonialistas que vão forçando esse tipo de personalidade autoritária e, quando menos se espera, se torna algo natural do dia a dia das pessoas. (BALSA; COSTA, 2021).

A burguesia e sua forma de democracia restrita e autoritária continuam operando de forma quase maniqueísta e muito bem articulada, se aproveitando da ideologia dominante conservadora já muito viva nas camadas populares para passar seus projetos político-econômicos neoliberais de austeridade que vão minando as capacidades de organização da classe trabalhadora. Este cenário aprofundou-se com a chegada da pandemia da COVID-19 em 2020, que evidenciou aspectos brutos de uma realidade nacional em suas consequências de um capitalismo dependente não superado.

Cap. 3. CAPITALISMO E PANDEMIA: A COVID-19 E AS CONSEQUÊNCIAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO APROFUNDAMENTO DA CRISE ECONÔMICA

Apresentado os movimentos históricos do Brasil no que se refere a sua forma particular e específica de configuração capitalista e suas consequências estruturais

para a classe trabalhadora, este capítulo tratará de um período histórico ainda em curso que se desenvolve a partir da crise econômica de 2008, ganha novos contornos com as “Jornadas de Junho” de 2013, atravessa o impeachment de Dilma em 2014 e a ascensão de Michel Temer em 2016, e culmina na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, preparando o terreno para a pandemia da COVID-19 em 2020.

Como visto no capítulo anterior, o Brasil entrou em uma nova fase de políticas socioeconômicas com Lula e Dilma (Partido dos Trabalhadores - PT) que procurou mitigar algumas mazelas deixadas pelo neoliberalismo ortodoxo das décadas passadas, mas sem de fato conseguir operacionalizar um rompimento estrutural com a austeridade e com o fortalecimento da burguesia, recaindo em algumas “armadilhas” que foram fundamentais para delimitar os caminhos futuros do País. Essas armadilhas dizem respeito às formas de conciliação de classes muitas vezes entre interesses inconciliáveis que colocaram o PT na posição de ir gradualmente abandonando sua atuação política enquanto um partido da classe trabalhadora para se tornar, segundo Ricardo Antunes (2022), em um *Partido da Ordem*, fomentando a continuidade do neoliberalismo mesmo que de forma sutil. (ANTUNES, 2022: 53).

Desta forma, embora os projetos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma tenham angariado para a classe trabalhadora direitos previstos na constituição e possibilidades de mobilidade social, a força de trabalho brasileira ainda se encontrava muito precarizada, o que acabou por colocar em risco a grande popularidade do governo do PT. Ao eclodir a grande crise estrutural do capital em 2008, que só chegou ao Brasil em 2013-2014, os partidos da direita brasileira conseguiram cooptar as massas da população com seu autoritarismo “socialmente instaurado” através de pautas politicamente “vazias” (isto é, pautas que não diziam respeito necessariamente aos interesses da classe trabalhadora, mas sim das classes dominantes) que tinham um alcance ideológico muito amplo e eficaz, considerando a situação precária de desestabilização em que se encontrava grande parte da sociedade brasileira.

Esse movimento eclodiu em um período de *contrarrevoluções* que parecia se dar a nível mundial, em que a extrema direita se reorganizava em vários lugares do globo como Estados Unidos, França, Filipinas, Reino Unido, Alemanha, Hungria etc. e ascendiam ao poder. Para o Brasil, a maior influência veio dos EUA com a eleição de Donald Trump em 2016, que serviu de pontapé para a burguesia brasileira realizar

seus movimentos políticos autocrático frente às urgências de mudanças estruturais demandadas a partir das crises econômicas e políticas do capital. (ANTUNES, 2022: 50).

As “jornadas de junho” de 2013 no Brasil, que levaram milhares de pessoas para as ruas em protesto contra corrupção, gastos públicos desnecessários, “todo tipo de representação estabelecida” e “contra o sistema”, acabou criando um cenário político que colocava o PT como o principal ou único culpado por todas as debilidades da classe trabalhadora (como se as décadas de neoliberalismo ortodoxo não tivesse contribuído para tal), tendo amplo apoio dos aparelhos da grande mídia e das redes sociais para instaurar uma “guerra ideológica” entre a *nova ou verdadeira direita* (de acordo com Antunes (2022) essa terminologia remonta aos discursos nazifascistas tradicionais) os “vermelhos”, ou seja, todos os setores da esquerda e até do centro, criando um inimigo comum que deveria ser derrotado.

Debilitado e tendo que recorrer ainda mais aos interesses de classe da burguesia, o PT com a reeleição de Dilma em 2014 buscou “um ajuste fiscal ainda mais duro, reduzindo direitos trabalhistas, aumentando juros bancários, fortalecendo ainda mais o capital financeiro e as privatizações” (ANTUNES, 2022). Esse cenário desembocou no fim do governo do PT com o impeachment de Dilma e ascensão de Michel Temer em 2016, iniciando o que o autor chama de *fase funesta da contrarrevolução*. Com todas as características já explanadas no capítulo anterior do governo Temer, finalmente, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 consagrou esse movimento contrarrevolucionário.

Percebendo o cenário favorável, a extrema direita começou a construir uma candidatura “alternativa”, “contrária a tudo e a todos”, fora do “sistema”. Passou a divulgar intensamente pelas mídias sociais suas bandeiras “contra a corrupção”, “contra as ideologias” e “contra a política”. Sua principal bandeira, capaz de ampliar significativamente sua força eleitoral em um momento de crise profunda, era sintetizada nesta fórmula: *acabar com a corrupção*, atribuída ao PT (e também às esquerdas, por mais críticas que fossem ao governo do PT). E, ao assim agir, acabou por alterar completamente o curso eleitoral e político do Brasil. Faltava um elemento de contingência, algo inusitado, que finalmente acabou acontecendo. (ANTUNES, 2022: 60).

É nesse cenário que se encontra situação brasileira antes da eclosão da pandemia mundial da COVID-19. A burguesia do capitalismo tardio brasileiro que, como já se sabe, nunca procurou formas democráticas de impor seus projetos políticos, agora via uma chance de, por vias eleitorais, retornar com as premissas do argumento neoliberal: o Estado mínimo, a livre iniciativa do mercado, os ajustes monetários, as contrarreformas fiscais agressivas, a austeridade e a colonização da esfera pública e dos organismos estatais pelos setores privados. Desta vez, com mais força, se observa a aliança ideológica do governo Bolsonaro com o imperialismo norte-americano (fortalecido com a eleição de Donald Trump em 2016), demonstrando ainda mais a perda de qualquer vínculo nacional que essa burguesia poderia ter, fortalecendo seus interesses neocolonialistas e subordinados, sempre prevalecendo sua dominação autocrática e ditatorial.

E isso alimenta, nesse setor de classe e nos seus funcionários subalternos, que se vinculam às chamadas classes médias, conservadoras e reacionárias, uma personalidade de tipo patológico, particularista ao extremo e indiferente à situação do outro, do negro, da mulher, das pessoas LGBT, do pobre, do índio, do trabalhador, dos sem eira nem beira, dos sem-teto, dos condenados da terra etc. A violência política no Brasil tem se manifestado contra todas essas identidades populares de luta e resistência e isso é algo que não conseguimos extirpar até hoje, uma violência política ainda muito presente. (COSTA, 2019: 11).

Dito isso, como a *superexploração do trabalho*, característica central de um neoliberalismo combinado com o capitalismo de tipo dependente, se aprofundou com o Brasil de Jair Bolsonaro e com a pandemia da COVID-19?

A pandemia do novo corona vírus iniciada em 2020 colocou uma nova realidade a ser enfrentada mundialmente, já que trouxe questões políticas, econômicas e sociais que afetaram todos os cantos do mundo. David Harvey (2020) coloca algumas problemáticas para a melhor da compreensão de como o vírus trouxe “repercussões para a dinâmica global de acumulação do capital” e de como o capitalismo não consegue lidar de forma humanizada com essas questões, tendo em vista que a principal preocupação nesse cenário pandêmico, em princípio, era com o “mercado” e não com a vida das pessoas. Nesse sentido, como esse modelo dominante de capitalismo mundializado e cada vez mais respaldado no capital

fictício e na geração de dívidas pode ser eficaz no combate à uma pandemia mundial, se ele mesmo já se encontra enfraquecido no que se refere a promover qualidade de vida da maioria das pessoas? Para o autor, fica muito mais difícil de lidar com uma urgência sanitária a desse nível em países que o neoliberalismo se consolidou como ideologia dominante.

As autoridades públicas e os sistemas de saúde foram apanhados em quase todos os países com graves deficiências. Quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa deixaram a população totalmente exposta e mal preparada face a uma crise de saúde pública deste tipo, mesmo que anteriores surtos de SARS e Ebola foram alertas e lições sobre o que tinha que ser feito. Em muitos lugares do mundo supostamente “civilizado”, os governos e autoridades regionais, que são invariavelmente a linha de frente da defesa da saúde pública e da segurança em emergências deste tipo, estavam subfinanciadas graças a uma política de austeridade destinada a cortar impostos e a financiar subsídios para as empresas e para os ricos².

O neoliberalismo, assim, pode ser considerado o principal catalisador para o fracasso das autoridades de vários países em lidar com as urgências da pandemia, sendo as relações geopolíticas elementos importantíssimos que ajudaram a definir alguns caminhos a serem seguidos no combate ao vírus. Em termos ideológicos, por exemplo, países como Brasil e Estados Unidos deliberadamente fizeram pouco caso da covid-19 por ter sido originada na China; a xenofobia anti-Chinesa e o anticomunismo comumente associado ao país fez com que Bolsonaro e Trump lidassem de forma leviana com a pandemia, utilizando inclusive argumentos que reforçavam um orientalismo aliados ao discurso chauvinista. Em termos econômicos e sociais, como já colocado por Harvey (2020), o argumento dos neoliberais era que as ações necessárias para garantir a sobrevivência das pessoas através de políticas públicas de contingência seriam maléficas para o “mercado”, que deveria continuar seu curso livremente, sem interferências do Estado, sem falar que os grandes monopólios não estavam preocupados em estabelecer parcerias para mitigar o avanço

² HARVEY, David. “Política anticapitalista em tempos de coronavírus”, Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em 15 novembro 2022

da doença. Essa postura acabou por dificultar os decretos de lockdowns e de criação de políticas públicas para garantir a sobrevivência da classe trabalhadora. Desta forma, se percebe o forte poder destrutivo do neoliberalismo que, com suas novas morfologias do trabalho, reforçadas a partir das configurações da “nova direita”, reascende o teor expansionista, destrutível e incontrolável do capitalismo que se materializa na contínua superexploração do trabalho a partir da desenfreada produção de mercadorias, evidenciando o *sistema de metabolismo antissocial do capital* (ANTUNES, 2022: 19).

A situação do trabalho no Brasil já se encontrava debilitada devido a essas novas formas do “não trabalho”, que se apresentam na forma de “prestações de serviços” a partir das plataformas digitais e terceirização; das contrarreformas do governo Temer e as políticas de austeridade do então ministro da economia Paulo Guedes (escolhido por Bolsonaro), que procuraram precarizar cada vez mais o trabalho produtivo em detrimento do fortalecimento da prestação de serviço autônomo sem qualquer vínculo empregatício e sem direitos trabalhistas, ou seja, uma *uberização* do trabalho que coloca as pessoas em uma situação de ao mesmo tempo ter e não ter um emprego. As grandes empresas como Uber, iFood, 99, Rappi e outras plataformas do trabalho digital foram as que mais lucraram no período pandêmico porque muitas pessoas não puderam deixar de trabalhar para seguir corretamente a quarentena, se expondo diariamente ao vírus a partir das péssimas condições de trabalho. Aliado a isso, o caráter negacionista do governo Bolsonaro que não incentivava o uso de máscaras e o respeito aos protocolos de saúde delimitados mundialmente acabou levando a morte de milhares de pessoas, fazendo do Brasil num dos piores países, junto com os Estados Unidos, a lidar com a pandemia.

Desta forma, pode-se observar que a covid-19 é mais letal em municípios brasileiros mais pobres como mostra um estudo brasileiro publicado pela revista Preventive Medicine, evidenciando que “os municípios com menor PIB per capita apresentaram letalidade 30% mais elevada. Nas cidades mais pobres, a letalidade por covid-19 chegou a 42,6% dos casos graves confirmados, enquanto nas localidades

mais ricas, esse índice foi de 31,8%”.³ É sabido que o vírus não tem preferência de contágio mas as pessoas não são afetadas da mesma forma, como mostra os dados acima. Os privilégios de classe da burguesia e da classe média permitiram que essas pessoas pudessem realizar a quarentena com maior responsabilidade, diferentemente dos entregadores de aplicativos, trabalhadoras domésticas, trabalhadores informais ou “autônomos”, terceirizados, negros e negras da periferia, esses últimos que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, somam 75% da população⁴; das pessoas sem moradia, uma vez que “esta população é muitas vezes excluída socialmente, o que acabam por cercear uma gama de direitos concernentes ao ser humano” (ESTRELA, F. M. Et al, 2020: 4). Ou seja, em um mundo onde as relações de trabalho são deliberadamente enfraquecidas, reproduzindo desigualdades sociais extremas, o vírus se espalha mais rápido e com mais ferocidade, sofrendo mutações variadas e se tornando mais contagioso e letal.

No meio disso tudo, Jair Bolsonaro seguia com sua indiferença frente às urgências de saúde pública, operacionalizando junto com o seu ministério um projeto de poder ultraneoliberal de: destruição da natureza, ataque ao meio ambiente e aos povos originários a partir da intensificação do desmatamento da Amazônia e Pantanal, comandado pelo então ministro do meio-ambiente Ricardo Salles com o objetivo de fortalecer o agronegócio; de ataques a educação e a ciência com cortes severos em universidades públicas e na educação básica comandados pelo então ministro da educação Abraham Weintraub; de contrarreformas trabalhistas e da previdência, privatizações e projetos econômicos de austeridade comandados pelo o então ministro economia Paulo Guedes;

Brasileiras e brasileiros estão com fome, que aumentou “juntamente com a inflação, que recaiu pesadamente sobre os alimentos, enquanto houve pouco ou nenhum esforço do governo para reverter esse quadro, a ponto do Brasil voltar ao

³ PIRES. Thalita. “Letalidade por covid-19 é 30% maior nos municípios mais pobres”. *Brasil de Fato*. São Paulo. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/11/05/letalidade-por-covid-19-e-30-maior-nos-municipios-mais-pobres>>. Acesso em 15 novembro 2022.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. 41ª ed. Brasília: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica; 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 15 novembro 2022.

Mapa da Fome; hoje, mais de 33 milhões anoitecem e amanhecem com fome”⁵; também estão sem moradia, visto que “houve significativo aumento do déficit habitacional e as políticas públicas de moradia para famílias pobres (que compõem 90% desse déficit) foram eliminadas. Orçamentos para produção de moradia popular foram cortados em mais de R\$ 2 bilhões, ou seja, 81% dos recursos aprovados”⁶. Essa situação observada no ano de 2022 foi agravada durante a pandemia (que ainda está em curso) pela omissão do Estado em garantir a integridade social e da contínua despolitização e enfraquecimento da classe trabalhadora, que não consegue se organizar e lutar pelos seus direitos estando tão debilitada e morrendo aos montes. Esse capitalismo pandêmico, nas palavras de Ricardo Antunes (2022), condensa toda “esta simultaneidade e imbricação trágica entre *sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus*” (ANTUNES, 2022: 22). Desta forma, o dilema enfrentado pela classe trabalhadora se fortaleceu: se ficar em casa morre de fome e se sair pra trabalhar morre de covid. Sem meio termo, sem escolha possível.

Os primeiros meses que se seguiram depois de decretada a pandemia no Brasil, vendo que não poderia mais protelar a adesão da quarentena, Bolsonaro e Paulo Guedes decidiram implementar o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 para as famílias de baixa renda depois de terem sido pressionados pela oposição no congresso nacional, pois esse valor a princípio seria de R\$ 200,00. Essa ajuda de custo, segundo Bolsonaro e seu discurso de austeridade, seria “gastar demais” e o Estado não poderia arcar com a política pública, colocando a culpa nos trabalhadores que “não queriam trabalhar”. Esses discursos vindos de um presidente da república foram muito desastrosos para a eficácia da quarentena porque além de o auxílio emergencial não ser suficiente para alimentar as famílias mais empobrecidas, elas não tinham condições materiais de seguir os protocolos sanitários necessários para evitar o contágio pelo coronavírus, como distanciamento social e uso de máscara.

O cenário de contágio desenfreado agravou a debilidade do sistema público de saúde, que ficou completamente esgotado de tanta gente nos leitos hospitalares

⁵ CARBONARI, P; LAPA, F; NILO, A;. Os ataques e retrocessos dos direitos humanos. *Nexo Jornal*. São Paulo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/11/05/Os-ataques-e-retrocessos-dos-direitos-humanos>. Acesso em 16 novembro 2022.

⁶ *Ibidem*, *Op cit*.

com o agravante de serem casos de uma doença extremamente infecciosa que necessitava de um severo isolamento dos pacientes. Não tinham leitos suficientes e muitas pessoas não conseguiam a assistência necessária, causando a morte de vários infectados. Paralelo a isto, Bolsonaro zombava, em lives online, das pessoas com falta de ar nos leitos hospitalares. O atraso da compra e os discursos de negacionismo científico da eficácia das vacinas também ajudaram a aumentar ainda mais o número de mortes, que hoje totalizam 688.764⁷ até a data da escrita deste texto, sem considerar as subnotificações.

Esse cenário catastrófico também foi compartilhado por outros países latino-americanos durante a pandemia, com suas particularidades estruturais. Em países como Equador, Bolívia, Colômbia e Peru, de acordo com Antunes (2022), os maiores afetados foram os trabalhadores e trabalhadoras indígenas. Nos Estados Unidos, a maioria da população negra foi a que mais sofreu as consequências da doença. Por outro lado, em alguns países europeus a realidade foi outra: a maioria da classe trabalhadora conseguiu cumprir a quarentena com seus direitos trabalhistas ressarcidos, sem ter que precisar escolher entre trabalhar e morrer de covid, ou ficar em casa e morrer de fome.

Desta forma, o que se pode concluir, mesmo que minimamente, sobre a realidade brasileira e latino-americana dentro desse contexto mais amplo de capitalismo periférico e de pandemia mundial?

Após a derrota de Donald Trump em 2020, Bolsonaro veio se enfraquecendo politicamente ao longo de 2021 e 2022, quando ficou muito mais evidente a figura desprezível que demonstrou ser em relação ao combate a pandemia. Com isso, o apoio imperialista dos Estados Unidos às ações de Bolsonaro foi comprometido, visto que este se tornou uma figura mundialmente rejeitada até mesmo pelos setores mais liberais. Hoje, com mais de 143 milhões de pessoas com o esquema vacinal completo (80% da população)⁸, o Brasil parece caminhar para uma certa estabilidade controle da covid-19, mas ainda muito debilitada socialmente tendo em vista as consequências irreparáveis que esses últimos anos deixaram na saúde física e mental

⁷ Dados retirados do site oficial do governo federal <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 17 novembro 2022.

⁸ Dados retirados do site oficial do governo federal <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2021/12/brasil-tem-80-da-populacao-alvo-com-duas-doses-de-vacina-contra-a-covid-19>. Acesso em 17 novembro 2022.

de tantas famílias brasileiras, sem falar em seus direitos trabalhistas, que vão demorar a serem reconquistados. Junto com a vacinação, a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também reascende a esperança da classe trabalhadora para começar a se reorganizar politicamente e pautar novas alternativas que, de fato, busquem quebrar a lógica do neoliberalismo e da austeridade, que busque a construção de um novo projeto social e um *novo modo de vida*.

Os desafios para mudar o mundo devem ser enfrentados a partir de uma lógica “internacionalista” da classe trabalhadora, como já dizia Marx em O Manifesto do Partido Comunista; numa lógica de aproveitar essa nova *era das rebeliões*⁹ que parece surgir em vários lugares da América-Latina, os germes da reorganização política da classe trabalhadora, para delimitar com mais precisão quais são realmente as demandas sociais e como elas podem ser resolvidas. Assim, os próximos passos são os de atuar no cotidiano dessas pessoas para conseguir o maior apoio político necessário a partir do resgate de um sentimento de coletividade e justiça social, destruindo a ideologia individualista e egoísta do neoliberalismo.

Desta forma, o desafio iminente das esquerdas hoje é o de combater em todas as frentes necessárias o aprofundamento das ideologias dominantes dentro da classe trabalhadora através da politização e da presença das esquerdas na vida das pessoas, ou seja, nas igrejas da periferia e nos setores neopentecostais, do acolhimento das massas desamparadas, do combate à propaganda neofascista entre a juventude, do fortalecimento de uma economia nacional soberana, da proteção e preservação dos povos originários e comunidades tradicionais e assim por diante. Tudo o que for necessário para fortalecer um projeto de poder popular que busque de fato trazer novos horizontes frutíferos para a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a ambição trazer uma contribuição à teoria sociológica geral do capitalismo a partir do pensamento social brasileiro, através de reflexões do cenário político atual muito conturbado que se agravou com a pandemia da covid-19.

⁹ Essa *era de rebeliões* que também se deu nas Jornadas de Junho de 2013 infelizmente não se concretizou em uma *era de revoluções*, dando início aos movimentos neofascistas no Brasil. Desta forma, é importante que a atuação política das esquerdas nos próximos anos se concentre em politizar o debate público das demandas sociais para não permitir que as massas sejam novamente cooptadas pela extrema direita e seus projetos políticos de poder.

Para tanto, entendi ser necessário fazer um breve e limitado levantamento histórico da construção social, política e econômica da América-Latina como um todo e do Brasil em particular para entender os mecanismos de poder de tipo colonial inerentes à formação social brasileira, pois entendo ser, a partir de minha formação materialista-histórica, uma das principais questões a serem resolvidas nos países de capitalismo tardio e subdesenvolvido.

Tendo isso em vista, fica evidente minha limitação, pois deixou de fora muitos autores que tratam do capitalismo dependente como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Carlos Eduardo Martins e Theotônio dos Santos; isso só para citar os brasileiros, sem falar em outros autores latino-americanos. Mas também deixa explícito o meu esforço em tentar compreender de forma mais aprofundada o escopo teórico e metodológico de Florestan Fernandes, que considero possuir uma contribuição extremamente importante tanto para pensar o capitalismo como para entender qual o meu lugar no mundo enquanto cientista social, e, nesse caso, no contexto particular brasileiro de capitalismo subdesenvolvido. Dessa forma, este trabalho foi muito importante para delimitar alguns rumos de minha formação política e profissional daqui pra frente, pois considero os dias de hoje extremamente nebulosos para as ciências sociais e sua atuação concreta na sociedade.

Quando se fala em pesquisa e ciência e da valorização da universidade pública, é impossível não apontar os males que a ideologia neoliberal traz para a vida dos futuros cientistas sociais. A complexa individualidade e o dismantelo das relações de trabalho inevitavelmente afetam de forma bruta os estudantes de graduação em duas frentes: a incerteza do mercado de trabalho frutífero e as formas de construção do sujeito para ser reconhecido academicamente e socialmente, da busca do prestígio através da competitividade e do esgotamento físico e emocional. O sofrimento psíquico dentro da universidade me parece ser algo que se aprofundou na pandemia, tendo em vista o cenário catastrófico que passamos nos últimos anos com o ultraneoliberalismo, embora esse sentimento de incertezas sempre estivesse pairando sobre nossas cabeças.

Desta forma, fica ainda mais nítido a partir da minha leitura de mundo, que o dever histórico do cientista social é o de pautar alternativas futuras para a superação do capitalismo enquanto única forma de sistema social de produção, tendo em vista suas formas destrutivas que não conseguem encontrar estabilidade nessa “mundialização do capital”.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In. **SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.)** Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. p. 9-23. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Capitalismo pandêmico. 1 ed. São Paulo. Boitempo. 2022

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo. Boitempo. 2005.

CARBONARI, Paulo; LAPA, Fernanda; NILO, Alessandra. Os ataques e retrocessos dos direitos humanos. *Nexo Jornal*. São Paulo. Novembro, 2022 Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/11/05/Os-ataques-e-retrocessos-dos-direitos-humanos>. Acesso em 16 novembro 2022.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo. Xamã, 1996.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo; BALSÁ, Javier. Como a burguesia ganhou a disputa hegemônica no Brasil recente. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**. São Paulo. v. 6. n. 8. P. 33-56. Junho, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2021.v6n8.p33-56>>. Acesso em 15 novembro 2022.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. As ciências sociais e a contrarrevolução permanente: o papel dos intelectuais na visão de Florestan Fernandes. *Revista Agenda Política*. São Paulo. V. 9, n. 1. P. 67-105. Abril, 2021.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*. Bahia. 2011.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Marxismo e a crise do neoliberalismo diante da pandemia do COVID-19. **Revista Cadernos de Ciências Sociais**. Recife. v.1, n. 14. p. 8-34. Junho, 2019.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. O trabalho teórico dos cientistas sociais no terceiro mundo: a produção do conhecimento nas condições de subdesenvolvimento e capitalismo dependente. **Estudos de sociologia**. v. 2, n. 20. 2014.

COSTA E SILVA, Joana Gomes da. O modelo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso. Departamento de economia. PUCRJ. Junho, 2005.

DWECK, Esther; LUIZA, Ana; ROSSI, Pedro (org). Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. Autonomia Literária. São Paulo. 2018.

ESTRELA, Fernanda Matheus. et al. Pandemia da covid-19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. UEFS, Bahia. Maio, 2020.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1975.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio e interpretação sociológica. 5. Ed. São Paulo. Globo. 2006

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. In. **Carta Maior** (blog). 2020. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/4/47997>.

Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 41^a ed. Brasília: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica; 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 15 novembro 2022

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. 2. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Instituto de Estudos Avançados**. São Paulo. Maio, 2013. Disponível em < www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 16 novembro 2022.

OLIVERIA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. Boitempo. 2003.

PIRES. Thalita. “Letalidade por covid-19 é 30% maior nos municípios mais pobres”. *Brasil de Fato*. São Paulo. Novembro 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/11/05/letalidade-por-covid-19-e-30-maior-nos-municipios-mais-pobres>>. Acesso em 15 novembro 2022

SOUZA, Mariana Barbosa; HOFF, Tuize silva Rovere. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. In. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>. Acesso em 16 novembro 2022.